

## As Aparências Enganam: A Evidenciação Tributária É Crucial na Qualidade das Informações?

**Rômulo Benício Lucena Filho**

Universidade Federal da Paraíba

ORCID  ID: <https://orcid.org/0000-0003-0730-7681>

E-mail: [robелucena@gmail.com](mailto:robелucena@gmail.com)

**Moisés Geraldo Cavalcante Macaíba Costa de Sousa**

Universidade Federal da Paraíba

ORCID  ID: <https://orcid.org/0009-0004-7695-6364>

E-mail: [mg.macaiba@gmail.com](mailto:mg.macaiba@gmail.com)

**Lauro Vinício de Almeida Lima**

Universidade Federal da Paraíba

ORCID  ID: <https://orcid.org/0000-0001-5474-5655>

E-mail: [lvinicio2@gmail.com](mailto:lvinicio2@gmail.com)

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar se o Nível de Evidenciação Tributária (NET) tem influência na qualidade da informação contábil, desafiando a visão predominante na literatura. O estudo visa preencher lacunas no entendimento existente, fornecendo insights valiosos para gestores, reguladores e outros interessados. Os resultados revelam uma falta de significância do Nível de Evidenciação Tributária (NET) na qualidade da Informação. Conclui-se que, na amostra estudada, a evidenciação tributária não influencia positivamente a importância atribuída às informações contábeis pelos agentes do mercado, mas por outro lado, o tamanho da empresa (TAM) e a alavancagem (ALA) têm uma influência significativa na qualidade da informação contábil, sendo considerados determinantes mais fortes do que a evidenciação tributária (NET). O estudo contribui para a literatura, destacando a necessidade de explorar variáveis adicionais e setores específicos para uma compreensão mais abrangente do impacto da evidenciação tributária na qualidade da informação contábil. Sugere-se a incorporação de abordagens qualitativas para capturar as percepções dos investidores sobre a divulgação tributária.

**Palavras-chave:** Evidenciação tributária. Qualidade da informação contábil. Tamanho. Alavancagem.



Revista Paraense de Contabilidade © 2025 by Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará is licensed under CC BY 4.0. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



**HISTÓRICO:** Recebido em: 18/10/2024. Revisado por pares em 07/01/2025. Reformulado em: 30/03/2025.

Aprovado em: 10/04/2025. Publicado em 15/04/2025.

Editor Responsável: Marcia Athayde Moreira.

Processo de Avaliação: Double Blind Review – OJS.

Editado em português. Versão original em português.

## ABSTRACT

The objective of this article is to analyze whether the Level of Tax Disclosure (NET) influences the quality of accounting information, challenging the predominant view in the literature. The study aims to fill gaps in the existing understanding by providing valuable insights for managers, regulators, and other stakeholders. The results reveal a lack of significance of the Level of Tax Disclosure (NET) on the quality of information. It is concluded that, in the sample studied, tax disclosure does not positively influence the importance attributed to accounting information by market participants. On the other hand, company size (TAM) and leverage (ALA) have a significant influence on the quality of accounting information, being considered stronger determinants than tax disclosure (NET). The study contributes to the literature by highlighting the need to explore additional variables and specific sectors for a more comprehensive understanding of the impact of tax disclosure on the quality of accounting information. It is suggested to incorporate qualitative approaches to capture investors' perceptions of tax disclosure.

**Keywords:** Tax Disclosure. Quality of Accounting Information. Size. Leverage.

## 1. INTRODUÇÃO

“As aparências enganam” no complexo universo das práticas contábeis, onde a forma como as informações são apresentadas pode criar uma ilusão de transparência e confiabilidade. Neste cenário, a evidenciação tributária se destaca como um elemento que, à primeira vista, pode sugerir um alto nível de clareza nas informações financeiras. No entanto, é fundamental questionar se essa aparente transparência realmente impacta a qualidade da informação contábil ou se outros fatores desempenham papéis mais significativos. Estudos anteriores indicam que empresas com baixa assimetria informacional fiscal frequentemente refletem altos níveis de transparência (Souza et al., 2009; Wang, 2010; Lisowsky et al., 2013; Richardson et al., 2016; Hoopes et al., 2018; Houston et al., 2019; Hoopes et al., 2023), mas o verdadeiro desafio reside em determinar se a evidenciação tributária é realmente crucial para a qualidade das informações ou se as aparências podem, de fato, enganar.

Nesse sentido, a evidenciação tributária não se trata apenas de uma obrigação regulatória, mas de um mecanismo proativo de comunicação financeira que visa criar um ambiente de confiança entre a empresa e seus stakeholders (Capasso et al., 2021). No entanto, apesar da sua importância, a evidenciação tributária enfrenta desafios significativos. A complexidade e a natureza dinâmica das regulamentações fiscais podem dificultar a tarefa das empresas em divulgar informações de maneira clara e abrangente (Henry et al., 2016).

Este dilema coloca as empresas em uma situação delicada, onde a falta de clareza na divulgação das informações pode prejudicar a percepção dos stakeholders sobre sua saúde financeira e comprometer a qualidade das informações contábeis. Assim, a qualidade informacional contábil é um alicerce essencial para a confiabilidade e utilidade das demonstrações financeiras, englobando elementos como relevância, confiabilidade, comparabilidade e clareza das informações apresentadas (Qatawneh & Bader, 2020).

No contexto da evidenciação tributária, a qualidade informacional se traduz na capacidade das empresas de oferecer dados fiscais de maneira precisa, completa e transparente (Hoopes et al., 2023). Uma evidenciação tributária de alta qualidade compreende diversos aspectos cruciais, como a precisão na divulgação de informações fiscais e a transparência sobre políticas fiscais. É imperativo que as empresas comuniquem suas

estratégias fiscais de maneira clara, incluindo informações detalhadas sobre planejamento tributário, benefícios fiscais e os riscos associados a essas práticas (Bahtiar e Qadri, 2024).

A consistência ao longo do tempo é outro requisito essencial para a qualidade informacional contábil, permitindo comparações entre diferentes períodos e facilitando a análise de tendências (Bilicka et al., 2021). Além disso, uma evidenciação tributária de qualidade deve ser comunicada de forma eficaz aos *stakeholders*. A clareza na apresentação das informações é fundamental para que investidores, credores, reguladores e outros interessados compreendam os dados tributários divulgados, promovendo a confiança nas informações contábeis da empresa e facilitando a tomada de decisões informadas.

Portanto, a qualidade informacional contábil, quando aplicada ao contexto da evidenciação tributária, requer um comprometimento contínuo com a precisão, transparência, consistência e comunicação eficaz. Esses elementos são fundamentais para uma governança sólida e para a construção de relações confiáveis com os diversos públicos interessados (Kaya & Yazan, 2019).

Face ao exposto, o objetivo deste artigo é analisar se o Nível de Evidenciação Tributária (NET) tem influência na qualidade da informação contábil, desafiando a visão predominante na literatura. Essa pesquisa se justifica pela oportunidade de desafiar uma visão amplamente difundida na literatura, propondo que outros fatores, como o tamanho da empresa e a alavancagem, podem ter uma influência mais significativa na qualidade da informação contábil do que a transparência fiscal. Este estudo busca contribuir para o avanço teórico, oferecendo uma visão crítica sobre a relação entre a evidenciação tributária e a qualidade contábil, ao mesmo tempo em que fornece insights práticos para gestores e reguladores no desenvolvimento de estratégias de comunicação financeira mais eficazes.

Além disso, a pesquisa responde a uma lacuna relevante na literatura, ao testar empiricamente se a evidenciação tributária impacta significativamente a qualidade informacional, em um cenário onde a pressão por maior transparência corporativa continua a aumentar. Assim, os resultados podem apoiar decisões de política pública, como o refinamento das exigências regulatórias sobre disclosure tributário, e auxiliar as empresas a direcionarem melhor seus esforços para promover uma informação contábil de maior relevância e utilidade para o mercado.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evidenciação Tributária

A evidenciação tributária é fundamental para a divulgação de informações relacionadas aos aspectos fiscais e tributários de uma organização (Colli et al., 2020). O debate sobre a divulgação do imposto de renda de empresas estatais nos Estados Unidos ganhou destaque na década de 1990, especialmente com a emenda legislativa em Massachusetts que implementou regulamentação de divulgação (Mazerov, 2007). O relatório significativo de Prof Pomp em 1993 contribuiu para essa discussão, enfatizando a importância da evidenciação fiscal das empresas.

Francois (2012) destaca duas situações distintas relacionadas à divulgação tributária: a obrigação legal de fornecer informações fiscais atuais a outra parte e a divulgação de transações consideradas abrigos fiscais pelo governo durante a apresentação das declarações de imposto de renda. Amir et al. (1997) e Amir e Sougiannis (1999) ressaltam que a divulgação independente de componentes de passivo fiscal diferido (DTL) e ativo fiscal diferido (DTA) fornece informações relevantes.

A divulgação tributária desempenha um papel crucial na disponibilização de acesso público às receitas fiscais nos Estados Unidos, especialmente para empresas isentas de impostos e empresas de seguros, com os presidentes dos EUA divulgando voluntariamente suas declarações de imposto de renda desde a década de 1970. Internacionalmente, países como Finlândia, Suécia, Noruega e Japão permitem diversas formas de acesso público às informações fiscais.

A implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e o movimento de harmonização de normas contábeis, como evidenciado no contexto brasileiro com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), também influenciaram a evidenciação tributária (Amir & Sougiannis, 1999). Essa mudança tem destaque na divulgação de informações sobre ativos fiscais diferidos (DTAs) e passivos fiscais diferidos (DTLs), considerados valiosos para a avaliação da carga tributária futura da empresa pelos investidores (Almeida, 2023).

A literatura destaca a crescente importância da divulgação fiscal como parte integral das práticas de governança corporativa (Mgammal & Ku Ismail, 2015; Mills et al., 1998). A eficácia na divulgação de informações fiscais é crucial para construir a confiança dos investidores e outras partes interessadas. A análise temporal das práticas de divulgação ao longo do tempo, considerando mudanças regulatórias, desenvolvimentos tecnológicos e pressões do mercado, fornece insights valiosos (Rego, 2003).

Estudos investigam a relação entre estratégias de planejamento fiscal agressivas e o nível de divulgação, sugerindo que empresas envolvidas em práticas agressivas enfrentam o desafio de equilibrar a otimização fiscal com a transparência (Graham et al., 2014; Mgammal, 2017). Conceitos teóricos exploram restrições, benefícios e motivações subjacentes à divulgação fiscal, contribuindo para o entendimento de como as empresas respondem às demandas de divulgação fiscal, especialmente em países em desenvolvimento (Mgammal & Ku Ismail, 2015; Mgammal, 2017).

Mgammal et al. (2018) exploram a evidenciação tributária sob a ótica de como a governança corporativa influencia a extensão e a qualidade da divulgação fiscal. Empresas com estruturas de governança mais robustas tendem a adotar práticas de divulgação mais transparentes, essenciais para transmitir informações fiscais de maneira ética e compreensível.

Para Al-Asfour e Abu Saleem (2023) a discussão sobre a evidenciação tributária está intrinsecamente ligada à ética e à responsabilidade social corporativa. Por outro lado, Brammer et al. (2024) afirmam que empresas transparentes e responsáveis na evidenciação tributária constroem uma reputação sólida e ganham a confiança do público e consequentemente refletem na qualidade das informações divulgadas.

Em resumo, a literatura retrata a evidenciação tributária com uma área dinâmica e complexa que envolve não apenas questões técnicas contábeis, mas também considerações éticas, responsabilidade social e demandas por transparência. Os estudos apontam que a divulgação tributária pode ter influência na qualidade das informações contábeis.

## **2.2 Qualidade da informação contábil**

A qualidade da informação contábil é um tema central e crucial no contexto da governança corporativa e na eficiência do mercado financeiro. A assimetria de informações entre gestores e investidores, inicialmente destacada por Jensen & Meckling (1976), cria desafios na alocação eficiente de recursos e pode resultar em ineficiências na utilização desses recursos. Nesse cenário, a qualidade da informação contábil emerge como um mecanismo

fundamental para mitigar essa assimetria, promovendo a transparência e facilitando a tomada de decisões informadas.

Estudos subsequentes, como os de Zhou & Chen (2008), reforçam a importância da qualidade da informação contábil na alocação eficiente de recursos, contribuindo diretamente para o desempenho positivo das empresas. A literatura amplamente ressalta que a qualidade da informação contábil não apenas reduz a assimetria de informações, mas também desempenha um papel vital na governança corporativa. Países como Taiwan, o Conselho de Cooperação do Golfo, Irã, Malásia, Arábia Saudita, Paquistão e Jordânia têm sido objeto de estudos que corroboram a influência positiva da qualidade da informação contábil no desempenho das empresas (Chi, 2009; Musleh Alstartawi, 2018; Khanifah et al., 2020; Saleh et al., 2020).

A qualidade da informação contábil não apenas mitiga a assimetria de informações, mas também reduz o risco de informação não diversificável. A má qualidade da informação contábil pode aumentar o custo de capital de uma empresa, enquanto informações financeiras de alta qualidade podem reduzir esse custo, promovendo a eficiência do mercado (Easley & O'Hara, 2004; Lambert, 2001). A literatura sustenta que a divulgação de informações contábeis de alta qualidade influencia a percepção dos stakeholders sobre os fluxos de caixa futuros, impactando positivamente o custo de capital (Suijs, 2008).

A evidência empírica e os estudos revisados indicam que empresas que investem na divulgação de informações contábeis de alta qualidade estão mais propensas a atrair investidores, acessar financiamento externo com custos mais baixos e evitar subinvestimentos. Essa prática resulta em desempenho positivo e sustentável, destacando a qualidade da informação contábil como um fator crítico para o sucesso financeiro e operacional das empresas.

Além disso, a literatura também discute a relação entre a qualidade da informação contábil e a governança corporativa. Autores como Zhai & Wang (2016) argumentam que a qualidade da informação contábil desempenha uma função de governança ao mitigar comportamentos oportunistas por parte dos gestores, contribuindo para uma melhor alocação de recursos e, conseqüentemente, afetando positivamente o desempenho da empresa.

Uma informação contábil se torna relevante quando altera a decisão do usuário (Francis et al., 2006). Barth et al. (2001) destacam que somente informações relevantes e confiáveis podem ser usadas para a tomada de decisões e para influenciar os valores de mercado. Do ponto de vista contábil e informacional, a relevância da informação consiste na capacidade preditiva dos fluxos de caixa futuros (Lopes & Martins, 2012). Ao utilizar a reação do mercado para medir a influência das demonstrações contábeis no auxílio a seus usuários para prever os fluxos de caixa futuros das empresas, a relevância da informação contábil está proximamente relacionada com o conceito de qualidade dos lucros (Scott, 2011).

Considerando que a relevância da informação contábil consiste na capacidade preditiva de resultados futuros (Lopes & Martins, 2012), Panaretou et al. (2013) evidenciam a relevância da informação contábil presente no HA. Medindo a dispersão do erro das projeções dos analistas para os lucros das empresas, os autores argumentam que há influência na previsibilidade dos resultados das companhias, tornando-os mais previsíveis nas empresas que adotaram o HA. Ainda segundo os autores, as informações advindas do HA proporcionam aos analistas de mercado maior precisão em suas análises e projeções.

***H1: A Evidenciação tributária exerce influência positiva com a qualidade da informação contábil.***

**2.2.2 Tamanho da Empresa e Alavancagem**

O tamanho da empresa e a alavancagem são fatores amplamente estudados na literatura contábil e financeira, sendo frequentemente associados à qualidade das informações contábeis divulgadas pelas organizações. Ambos os fatores desempenham papéis significativos no desempenho financeiro das empresas e na forma como elas estruturam suas práticas de governança e divulgação de informações (Santos et al., 2020). No que tange ao tamanho da empresa tem sido identificado na literatura como um fator determinante da qualidade da informação contábil. Empresas maiores tendem a estar sob maior escrutínio público, regulatório e de mercado, o que as incentiva a adotar práticas mais transparentes de divulgação. De acordo com estudos como os de Jensen e Meckling (1976) e Watts e Zimmerman (1986), empresas de grande porte são mais propensas a divulgar informações mais detalhadas e de maior qualidade, uma vez que têm maior visibilidade e são acompanhadas mais de perto por analistas, investidores e reguladores.

Empresas maiores também possuem maiores recursos para investir em sistemas de controle interno e de contabilidade, o que lhes permite manter uma governança corporativa mais robusta e uma maior conformidade com as normas contábeis. Além disso, devido ao seu porte, essas empresas estão mais expostas à pressão do mercado para adotar boas práticas de governança, incluindo a divulgação de informações fiscais e contábeis mais detalhadas, o que pode levar a uma melhora na qualidade das demonstrações financeiras. Estudos empíricos, como os de Ahmed e Courtis (1999), mostram que o tamanho da empresa está positivamente correlacionado com a extensão e qualidade da divulgação de informações contábeis, sugerindo que empresas maiores oferecem mais informações aos investidores.

A alavancagem financeira também pode ser um fator chave na qualidade da informação contábil. A alavancagem refere-se à proporção de dívida em relação ao patrimônio total da empresa. Quanto maior o nível de alavancagem, maior é a dependência da empresa em relação a financiamentos externos, o que aumenta a pressão para divulgar informações contábeis de alta qualidade. Isso ocorre porque credores e investidores demandam informações claras e precisas para avaliar a capacidade da empresa de honrar suas obrigações financeiras.

De acordo com as teorias de agência, como destacado por Jensen e Meckling (1976), empresas com altos níveis de alavancagem enfrentam maiores custos de monitoramento por parte dos credores, que demandam mais transparência e qualidade nas informações divulgadas. Isso se deve ao fato de que empresas alavancadas possuem maior risco financeiro, tornando a qualidade das informações contábeis um elemento essencial para que os credores possam acompanhar o desempenho financeiro da empresa e minimizar o risco de inadimplência.

Estudos empíricos, como os de Neri e Lagoa (2020), confirmam que empresas com maior alavancagem tendem a fornecer informações mais detalhadas e transparentes como forma de reduzir a assimetria informacional entre a administração da empresa e seus credores. Além disso, empresas com altos níveis de alavancagem enfrentam incentivos para melhorar a qualidade de suas informações contábeis, já que isso pode impactar positivamente a percepção de risco por parte dos credores e investidores, ajudando a reduzir o custo de capital.

Nesse contexto, a alavancagem é vista como um fator que influencia diretamente a qualidade da informação contábil, uma vez que empresas mais alavancadas precisam garantir uma maior precisão e confiabilidade em suas demonstrações financeiras para satisfazer as exigências de seus credores e evitar crises de liquidez.

Ao comparar a influência do tamanho e da alavancagem com a evidenciação tributária, é possível argumentar que, enquanto a evidenciação tributária desempenha um papel importante na transparência fiscal, fatores como o tamanho da empresa e a alavancagem podem ser determinantes mais fortes da qualidade geral da informação contábil. Isso ocorre porque tanto o tamanho quanto a alavancagem afetam diretamente as expectativas de investidores e credores em relação à divulgação financeira. Empresas maiores e mais alavancadas tendem a enfrentar maior demanda por informações precisas e confiáveis, o que impacta diretamente a qualidade contábil. Com base na revisão da literatura e nas evidências empíricas, pode-se propor a seguinte hipótese:

***H2: O tamanho da empresa (TAM) e a alavancagem (ALA) influenciam de maneira significativa a qualidade da informação contábil, sendo determinantes mais fortes do que a evidenciação tributária.***

Essa hipótese se justifica pela maior pressão sobre empresas de grande porte e com altos níveis de alavancagem para fornecer informações contábeis de alta qualidade, superando o impacto específico da evidenciação tributária na percepção dos investidores sobre a qualidade da informação contábil.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Amostra e Coleta de dados**

A amostra selecionada foi de empresas listadas na B3 que obrigatoriamente necessitam divulgar informações tributárias conforme as normas internacionais dispostas pelo CPC 07 (R1) Subvenção e assistência governamentais e o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovadas pelos órgãos reguladores. Logo a amostra inicial foi composta pelas 700 empresas listadas na bolsa de valores no período de 2018 e 2022. A escolha do período entre 2018 e 2022 para a presente pesquisa foi motivada pela consolidação em um único documento das normas que tratam o imposto de renda, pelo decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, trazendo clareza e simplificação no processo de apuração, já que a evidenciação tributária trazida pelas normas internacionais destaca maior transparência na tributação sobre o lucro. Esse intervalo de cinco anos permite observar tendências, padrões e possíveis mudanças ao nas práticas contábeis e de evidenciação tributária das empresas listadas no segmento B3.

Além disso, a extensão temporal de cinco anos proporciona uma visão mais completa dos impactos de possíveis eventos econômicos, mudanças regulatórias, e variações nas condições de mercado sobre a qualidade da informação contábil e a evidenciação tributária. Dessa forma, o período escolhido possibilita uma análise robusta, considerando diferentes cenários e contextos que podem influenciar as práticas contábeis das empresas ao longo do tempo. A coleta de dados para esta pesquisa foi conduzida de maneira abrangente e minuciosa, utilizando informações secundárias obtidas através da plataforma Económica®. Essa abordagem possibilitou uma análise detalhada das empresas listadas no segmento B3 durante o período de 2018 a 2022.

Além dos dados secundários coletados no banco de dados da Economática®, necessitamos buscar nos demonstrativos e notas explicativas informações sobre a evidenciação tributária mínima exigida pelas normas internacionais implementadas no Brasil. Logo adotaram-se como critérios os requisitos mínimos de evidenciação estabelecidos na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, juntamente com os princípios da NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro. Vale ressaltar que, durante o processo de coleta, optou-se por excluir empresas pertencentes ao setor financeiro, a fim de assegurar uma maior homogeneidade na amostra e evitar distorções decorrentes das particularidades desse setor.

A exclusão das empresas do setor financeiro se justifica pela natureza específica desse segmento, que frequentemente apresenta características contábeis distintas e regulamentações específicas. Dessa forma, ao focar em empresas fora do setor financeiro, a pesquisa busca garantir uma análise mais coesa e comparável, concentrando-se em organizações com dinâmicas contábeis mais alinhadas e comparáveis entre si.

Foram também excluídas observações com dados faltantes, impossíveis para calcular as métricas resultando em uma amostra final composta por 221 empresa com 701 observações para o modelo de relevância e 201 empresas com 588 observações para o modelo de informatividade.

### 3.2 Modelos utilizados

Na literatura contemporânea, a inexistência de uma métrica consensual para avaliar a qualidade da informação contábil tem motivado pesquisadores a desenvolverem diferentes modelos que capturam distintas propriedades da contabilidade, como relevância, gerenciamento de resultados, conservadorismo, informatividade dos lucros e tempestividade (Potin et al., 2016). Nesse contexto, a qualidade da informação contábil está diretamente relacionada ao nível de disclosure e à redução da assimetria de informação no mercado.

Nesta pesquisa será utilizado uma adaptação do modelo de Ohlson (M1) para medir a relevância da informação, já que o modelo de relevância, também conhecido como *value relevance*, visa examinar as mudanças nas expectativas dos agentes econômicos em relação aos resultados futuros, utilizando o conteúdo informativo dos números contábeis divulgados (Potin et al., 2016).

$$VMA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PLA_{i,t} + \beta_2 LLA_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \text{ (M1)}$$

Dessa forma acrescentou-se a variável que reflete o nível de evidenciação tributária e as variáveis de controle, como observado pela equação (M2):

$$VMA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 PLA_{i,t} + \beta_2 LLA_{i,t} + \beta_3 NET_{i,t} + \sum_l^n y_n Controle_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \text{ (M2)}$$

Além disso, conforme discutido por Potin et al. (2016), foram incorporadas ao modelo original de Easton e Harris (1991) uma variável que reflete o nível de evidenciação tributária e variáveis de controle. Isso é representado pela seguinte equação:

$$R_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 LL_{i,t} + \beta_3 NET_{i,t} + \sum_l^n y_n Controle_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \text{ (M4)}$$

### 3.3 Variáveis da pesquisa

A Tabela 1 apresenta as variáveis utilizadas nos modelos, sua composição e os sinais esperados.

**Tabela 1 - Síntese com as variáveis utilizadas nos modelos**

Sigla	Descrição	Composição	Sinal Esperado	Estudos Anteriores/Similares
Variáveis dependentes				
<b>VM</b>	Valor de mercado	VM/AT		
<b>R</b>	Retorno da ação	R/AT		
Variáveis independentes				
<b>NET</b>	Nível de Evidenciação Tributária	$\frac{\sum_1^n IDTit}{\sum_1^{19} IMDit}$	+	(Colli et al., 2020)
<b>PL</b>	Patrimônio Líquido	PL/AT	+	(Easton & Harris, 1991)
<b>LL</b>	Lucro líquido da empresa	LL/AT	+	(Easton & Harris, 1991)
Variáveis de controle				
<b>ETR</b>	<i>Effective Tax Rate</i>	$\frac{(IR_{i,t} + CSLL_{i,t})}{LAIR_{i,t}}$	-	(Chen et al., 2019; Houston et al., 2019)
<b>BTD</b>	<i>Book Tax Differences</i>	$\left\{ LAIR_{it} - \frac{(IR_{i,t} + CSLL_{i,t})}{0,34} \right\} / AT_{i,t}$	-	(Donohoe Mcgill, 2011)
<b>TAM</b>	Tamanho da empresa	Log AT	+	
<b>ALA</b>	Alavancagem	$\frac{(PC + PNC)}{AT}$	-	

Fonte: Dados da pesquisa

Para mensurar a evidenciação tributária utilizou-se a métrica estabelecida por Colli et al. (2020), sendo o Nível de Evidenciação Tributária (NET) a proporção de elementos relacionados à divulgação tributária presentes nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas (NE). Essa proporção foi calculada por meio da aplicação da equação M5.

$$NivEvidTrib\alpha = \frac{\sum_1^n IDTit}{\sum_1^{19} IMDit} \quad (M5)$$

Em que:

NivEvidTrib = Nível de Evidenciação Tributária

IDT = Itens de divulgação tributária observadas

IMD = Itens mínimos de divulgação tributária conforme as NBC's 07 e 32 (Tab.2)

Para identificar os itens mínimos de divulgação realizou-se uma análise abrangente do nível de evidenciação tributária de todas as empresas incluídas na amostra. Para esse propósito, adotaram-se como critérios os requisitos estabelecidos no CPC 07 e no CPC 32.

Por fim, é importante citar que as variáveis contínuas (MV, R, LL, PL, BTD e ALA) foram padronizadas pelo ativo total, e os outliers winsorizados para todas as variáveis entre 1% e 99% para amenizar possíveis distorções na interpretação dos resultados.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Análise descritiva

A Tabela 3, demonstra as estatísticas descritivas das variáveis contínuas para os as amostras do modelo de Relevância da informação (PAINEL A) e da informatividade dos lucros (PAINEL B).

**Tabela 3** – Resultado da estatística descritiva

PAINEL A- Amostra do modelo de Relevância da Informação					
Variáveis	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
VM	701	1,391	2,264	0,026	13,994
NET	701	0,574	0,158	0,263	1,000
PL	703	0,750	1,572	-1,462	10,488
LL	701	0,094	0,219	-0,364	1,430
ETR	701	0,292	0,366	0,006	2,830
BTD	701	0,047	0,093	-0,125	0,560
TAM	701	15,230	1,573	10,937	18,914
ALA	665	0,955	1,743	0,065	15,367
PAINEL B- Amostra do modelo de Informatividade dos lucros					
Variáveis	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
R	588	0,0000137	0,0001044	-0,0002251	.0007779
NET	588	0,576	0,157	.2631579	1
LL	588	0,104	0,247	-.442812	1.586028
ETR	588	0,281	0,340	.005644	2.829992
BTD	588	0,062	0,196	-.1357028	1.809193
TAM	588	15,328	1,555	10.93747	19.00271
ALA	588	0,983	1,874	.0649201	16.66603

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Conforme o painel A, percebe-se que as empresas de capital aberto brasileiras apresentam uma VM médio de 1,391 com uma alta variabilidade de 2,264 pontos no período; e conforme o painel B o retorno das ações é representado por 0,01% com uma baixa variação dos resultados. Os valores mínimos e máximos dessa variável são reflexos dos critérios aplicados no tratamento do VMA.

Em relação às outras variáveis, ao observar os painéis A e B, percebe-se que apesar do número de observações reduzidos na amostra do painel B, os resultados das variáveis concomitantes não se alteram significativamente, sendo a menor alteração no NET de 0,002 pontos e a maior alteração na ALA de 0,028 pontos, condizente que a diminuição na amostra para estimar o modelo de informatividade dos lucros não alterou as características da amostra como um todo.

O nível de evidenciação das empresas da amostra gira em torno dos 58% e vemos que em questão de agressividade tributária temos uma ETR média de 29%, abaixo da alíquota nominal vigente no Brasil (34%), e temos uma diferença contábil-fiscal dos impostos na média dos 6%, representando uma média elevada dos achados em outros estudos. Enquanto a ETR tem uma variação de 0,366 pontos a BTD fica em torno de 0,093 pontos, podendo sugerir que há uma maior variabilidade quando se fala de ETR do que de BTD.

Em relação às outras variáveis, observa-se que a tamanho (TAM) apresenta-se com média de 15,23 e uma variabilidade de 1,573, logo observa-se que a variável TAM não é influenciada por valores extremos, uma vez que a média se aproxima da mediana nos dois grupos de amostra. Porém, quando vamos analisar o PL vemos que a média amostral

representa 75% do ativo das empresas, destacando que a maior parte do custo de capital vem de capital próprio. Por fim, há uma variação na alavancagem das empresas, uma vez que o desvio padrão é alto em relação à média e há uma distância razoável entre os valores mínimos e máximos desta variável.

#### 4.2 Análise de Regressão

Para estimar os efeitos da evidenciação tributária sobre a relevância da informação, utilizou-se a técnica de regressão múltipla com dados em painel desbalanceado, além disso utilizou-se os testes de Hausman e o teste LM Breush-Pagan para verificar qual o melhor modelo para estimar a regressão, descobrindo que o modelo de Efeitos Aleatórios são melhor para os dois primeiros modelos e o de Efeitos Fixos (FE) apresenta uma melhor aderência ao M2 com variáveis de controle, então utilizou-se os modelos que melhor se aderem para a apresentação dos resultados. Dessa forma os modelos M1 e M2 foram estimados para a amostra para relevância, sendo o M2 testado sem e com as variáveis de controle para comparação dos resultados. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

**Tabela 4** - Resultados das regressões para o modelo de relevância

Variáveis	M1 – Modelo Original	M2 – Modelo adaptado sem variáveis de controle	M2 – Modelo adaptado com variáveis de controle
	Coefficiente (Erro padrão robusto)	Coefficiente (Erro padrão robusto)	Coefficiente (Erro padrão robusto)
PL	0,915*** (0,044)	0,916*** (0,045)	0,907*** (0,048)
LL	3,186*** (0,288)	3,189*** (0,287)	3,096*** (0,297)
NET		-0,788 (0,293)	-0,234 (0,308)
ETR			-0,142 (0,137)
BTD			-0,788 (0,637)
TAM			-0,085*** (0,032)
ALA			-0,058** (0,027)
_cons	0,430*** (0,108)	0,532** (0,216)	1,877*** (0,519)
N Obs.	701	701	665
R <sup>2</sup>	-	-	0,669
R <sup>2</sup> ajustado	-	-	0,663
R <sup>2</sup> Overall	0,707	0,708	0,714
R <sup>2</sup> between	0,970	0,970	0,969
Chi <sup>2</sup>	1414,671	1389,330	-
Estat. F	-	-	188,167

Nota: \*\*\*, \*\*, \*, significativo a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Pela Tabela 4, na análise da amostra para relevância, tem-se que o coeficiente do PL e do LL são positivos e significativos em todos os modelos. Entretanto, o coeficiente angular do

NET é negativo e não significativo no M2 sem variáveis de controle. Esse resultado é contrário ao esperado e destacado no referencial teórico. Comparando o M2 sem variáveis de controle com o M1, podemos perceber também que o  $R^2$  overall teve um leve aumento de 0,1% na explicação condizente que o nível de evidenciação tributária pode não melhorar, significativamente, a qualidade da informação medida pela relevância da informação. Essas evidências podem levar ao questionamento de que os resultados para a amostra estudada podem estar sendo influenciados por diversos fatores, como a complexidade da contabilidade intrínseca às grandes companhias e dificuldade de entendimento das informações tributárias.

Também, procedeu-se à análise do M2 com variáveis de controle, buscando controlar os efeitos do tamanho (TAM), alavancagem (ALA) e agressividade tributária (ETR e BTM), ou seja, comparar se outros efeitos podem influenciar a explicação do NET. Pelos resultados apontados, observa-se que o coeficiente angular do TAM e ALA é negativo e significativo, porém quando falamos de ETR e BTM vimos que não apresentam significância para explicar o modelo. Também verificou que tanto o  $R^2$  como o  $R^2$  ajustado apresentou uma explicação para MV em torno de 67%, podendo ser explicada pelas variáveis TAM e ALA. Fortalecendo a teoria revisada, que o TAM e ALA influenciam a qualidade da informação medida pela relevância da informação. Assim, destacamos que pode ser que mercado não considere as informações tributárias na tomada de decisão, podendo ser que elas não apresentem qualidade para informação contábil. Portanto com os resultados apresentados no modelo de relevância, alinhados aos resultados esperados, se rejeita H1.

**Tabela 5** - Resultados das regressões para o modelo de informatividades

Variáveis	M3 – Modelo Original	M4 – Modelo adaptado sem variáveis de controle	M4 – Modelo adaptado com variáveis de controle
	Coeficiente (Erro padrão robusto)	Coeficiente (Erro padrão robusto)	Coeficiente (Erro padrão robusto)
LL	-0,000021 (0,000018)	-0,000020 (0,000018)	<b>-0,000044**</b> <b>(0,000018)</b>
NET		-0,000011 (0,000027)	-0,00000035 (0,000026)
ETR			0,000015 (0,000012)
BTM			<b>0,000068***</b> <b>(0,000023)</b>
TAM			<b>-0,000016***</b> <b>(0,00000027)</b>
ALA			0,000000077 (0,00000022)
_cons	0,000017 (0,000014)	0,000023 (0,000022)	<b>0,000258***</b> <b>(0,000043)</b>
N Obs.	588	588	588
R <sup>2</sup>			0,083
R <sup>2</sup> ajustado			0,067
R <sup>2</sup> Overall	0,005	0,005	0,070
R <sup>2</sup> between	0,094	0,110	0,78
Estat. F			21.40
Chi <sup>2</sup>	1,375	1,505	

Nota: \*\*\*, \*\*, \*, significativo a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Já na Tabela 5 são apresentados os resultados das regressões do modelo original (M3) e do modelo de informatividade utilizado nessa pesquisa (M4), como também foram utilizados para o M4 regressão com e sem variáveis de controle, para informatividade. No caso dessas regressões, utilizando os testes de Hausman e o teste LM Breush-Pagan, verificou-se que modelo de efeitos aleatórios se ajusta melhor para análise do M3 e M4 sem variáveis de controle e o modelo de efeitos fixos se adequa melhor ao M4 com variáveis de controle.

Os resultados do M4 sem variáveis de controle, expressos na Tabela 5, mostram que tanto para a amostra com e sem variáveis de controle, o coeficiente estimado das variáveis LL e NET foram negativos e sem significância para a amostra apresentada, e não há uma melhora no poder de explicação incluindo o NET no modelo. Esses resultados mostram que NET pode não exercer uma influência negativa sobre a informatividade dos lucros contábeis. Aderindo aos resultados percebe-se que o M4 aderindo a variáveis de controle se comporta de uma melhor forma, sendo significativa a variável LL (-0,000044) do modelo original a 5%; e as de controle LTD (0,000068) e TAM (-0,000016) a 1%.

Para o teste de  $H_2$ , vê-se que os resultados encontrados são opostos aos esperados e contrários à teoria referenciada de Mgamal e Ku Ismail (2015) e Mills, Erickson e Maydew (1998). Dessa forma, tem-se tanto para a M4 com e sem variáveis de controle a rejeição da hipótese  $H_2$  já que a variável de interesse NET não apresentou significância e nem melhora no modelo.

Os resultados obtidos para as amostras de estudo sobre informatividade mostram que o NET pode não ser uma informação útil e necessária para qualidade da informação, na amostra apresentada. Assim, pode-se supor que o mercado não considere as informações tributárias para estimar os retornos futuros das ações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito analisar se o Nível de Evidenciação Tributária (NET) tem influência na qualidade da informação contábil, desafiando a visão predominante na literatura de que uma maior transparência fiscal se traduz diretamente em uma melhoria na relevância e utilidade das demonstrações financeiras. Os resultados obtidos, a partir da amostra de empresas listadas na B3 entre 2018 e 2022, indicaram que o NET não exerce influência significativa sobre a qualidade das informações contábeis, medida pela relevância e informatividade dessas informações. Em contrapartida, variáveis como o tamanho da empresa e a alavancagem demonstraram ser determinantes mais fortes, sugerindo que o mercado atribui maior importância a essas características estruturais na avaliação da qualidade informacional.

Esses achados possuem implicações significativas para a teoria e a prática contábil. Primeiramente, o estudo questiona a crença amplamente difundida de que a evidenciação tributária, por si só, é capaz de promover transparência e qualidade nas demonstrações financeiras. A ausência de significância do NET sugere que o mercado pode não valorizar as informações tributárias no mesmo grau que outras informações financeiras, como aquelas relacionadas à estrutura de capital e governança corporativa. Isso implica que empresas que concentram seus esforços na divulgação tributária, sem atentar para fatores como o fortalecimento de sua governança e a gestão da alavancagem, podem não obter os benefícios esperados em termos de percepção de qualidade informacional pelos investidores e demais stakeholders.

Adicionalmente, os resultados reforçam a importância do tamanho da empresa e da alavancagem como fatores cruciais que afetam diretamente a qualidade das informações contábeis. Empresas maiores tendem a ser mais escrutinadas por analistas, reguladores e investidores, o que as força a adotar práticas de divulgação mais robustas e detalhadas. Da mesma forma, a alavancagem, que aumenta a dependência de financiadores externos, cria um ambiente onde a necessidade de precisão e confiabilidade das informações contábeis se torna primordial, refletindo diretamente na qualidade percebida dessas informações.

No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A especificidade da amostra, composta por empresas de capital aberto listadas na B3, pode não refletir a realidade de outros mercados ou setores, especialmente aqueles com diferentes estruturas regulatórias e fiscais. Além disso, a exclusão de empresas do setor financeiro, devido às suas características contábeis particulares, também limita a generalização dos resultados. Outro ponto a ser considerado é a possível influência de variáveis não incluídas nos modelos, como o impacto de práticas de planejamento tributário agressivo ou o papel da governança corporativa na transparência fiscal, que poderiam enriquecer a compreensão do fenômeno.

Com base nessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras explorem o impacto da evidenciação tributária em outros contextos setoriais e geográficos, ampliando a base de dados para incluir empresas de diferentes setores, incluindo o financeiro. Além disso, uma abordagem qualitativa, focada na percepção dos investidores e gestores sobre a importância da divulgação tributária, pode trazer insights adicionais sobre a real utilidade dessa informação no processo decisório. A investigação do papel da governança corporativa na qualidade da evidenciação tributária também se mostra uma linha promissora, especialmente no que tange ao equilíbrio entre transparência fiscal e práticas éticas de governança.

Por fim, este estudo contribui para a literatura ao demonstrar que, embora a evidenciação tributária seja um tema central nas discussões sobre transparência corporativa, seu impacto direto na qualidade da informação contábil pode ser limitado. O tamanho da empresa e a alavancagem emergem como variáveis mais robustas na explicação da qualidade informacional, o que sugere que gestores e reguladores devem considerar esses fatores de forma mais estratégica ao desenvolver práticas contábeis e políticas de *disclosure*, a fim de aprimorar a confiança e a transparência no mercado.

## REFERÊNCIAS

Ahmed, K., & Courtis, J. K. (1999). Associations between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta-analysis. *The British accounting review*, 31(1), 35-61. <https://doi.org/10.1006/bare.1998.0082>

Al-Asfour, F., & Abu Saleem, K. (2023). Tax ethics and tax compliance: Evidence from emerging markets. *Corporate Governance and Organizational Behavior Review*, 7(4), 127-136. <https://doi.org/10.22495/cgobrv7i4p11>

Almeida, R. F. (2023). O Uso dos Ativos Fiscais Diferidos como Gerenciamento de Resultados dos Bancos. *Revista FSA*, 20(7). <http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.7.4>

Amir, E., & Sougiannis, T. (1999). Analysts interpretation and investors valuation of tax carry forwards. *Contemporary Accounting Research*, 16(1), 1-33. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1911-3846.1999.tb00572.x>

Amir, E., Kirschenheiter, M., & Willard, K. (1997). The valuation of deferred taxes. *Contemporary Accounting Research*, 14(4), 597-622. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1911-3846.1997.tb00543.x>

Bahtiar, M., & Qadri, R. A. (2024). The Voluntary Disclosure Dilemma: Unraveling the Compliance-Evasion Causality in Tax Administration. *Educoretax*, 4(2), 249-262. <https://doi.org/10.54957/educoretax.v4i2.734>

Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 77-104. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00019-2](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00019-2)

Bilicka, K., Casi-Eberhard, E., Seregni, C., & Stage, B. (2021). Qualitative information disclosure: Is mandating additional tax information disclosure always useful?

Brammer, S., Jones, C. M., Nardella, G., & Temouri, Y. (2024). Wish You Weren't Here: Tax Havens, Corruption, and the Reputation Damage of the MNE. In *Academy of Management Proceedings* (Vol. 2024, No. 1, p. 18360). Valhalla, NY: Academy of Management. <https://doi.org/10.5465/AMPROC.2024.362bp>

Capasso, S., Cicatiello, L., De Simone, E., Gaeta, G. L., & Mourão, P. R. (2021). Fiscal transparency and tax ethics: does better information lead to greater compliance?. *Journal of Policy Modeling*, 43(5), 1031-1050. <https://doi.org/10.1016/j.ipolmod.2020.06.003>

Chen, S., Schuchard, K., & Stomberg, B. (2019). Media coverage of corporate taxes. *The Accounting Review*, 94(5), 83-116. <https://doi.org/10.2308/accr-52342>

Chi, L. C. (2009). Do transparency and disclosure predict firm performance? Evidence from the Taiwan market. *Expert Systems with Applications*, 36(8), 11198-11203. <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2009.02.099>

Colli, K. G., Telles, M. B. C. S., & Marques, V. A. (2020). O Efeito dos Incentivos Fiscais sobre o Nível de Evidenciação Tributária das Empresas Brasileiras listadas na [B] <sup>3</sup>. *Revista Inovar Contábil*, 1(1).

Donohoe, M. P., & McGill, G. A. (2011). The effects of increased book-tax difference tax return disclosures on firm valuation and behavior. *Journal of the American Taxation Association*, 33(2), 35-65. <https://doi.org/10.2308/atax-10056>

Easley, D., & O'hara, M. (2004). Information and the cost of capital. *The journal of finance*, 59(4), 1553-1583. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2004.00672.x>

Easton, P. D., & Harris, T. S. (1991). Earnings as an explanatory variable for returns. *Journal of accounting research*, 29(1), 19-36. <https://doi.org/10.2307/2491026>

Francis, J., Olsson, P., & Schipper, K. (2006). Earnings quality. *Foundations and Trends in Accounting*, 1(4), 259-340. <https://doi.org/10.1561/14000000004>

Francois, C. (2012). Tax disclosure. Retrieved June 3, 2012.

Graham, J.R., Hanlon, M., Shevlin, T. & Shroff, N. (2014), "Incentives for tax planning and avoidance: evidence from the field", *The Accounting Review*, Vol. 89 No. 3, pp. 991-1023. <https://doi.org/10.2308/accr-50678>

Henry, E., Massel, N., & Towery, E. (2016). Increased tax disclosures and corporate tax avoidance. *National Tax Journal*, 69(4), 809-829. <https://doi.org/10.17310/ntj.2016.4.04>

Hoopes, J. L., Robinson, L., & Slemrod, J. (2018). Public tax-return disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 66(1), 142-162. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2018.04.001>

Hoopes, J. L., Robinson, L., & Slemrod, J. (2023). *Corporate tax disclosure* (No. w31467). National Bureau of Economic Research. <https://doi.org/10.3386/w31467>

Houston, J. F., Lin, C., Liu, S., & Wei, L. (2019). Litigation risk and voluntary disclosure: Evidence from legal changes. *The Accounting Review*, 94(5), 247-272. <https://doi.org/10.2308/accr-52355>

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.94043>

Kaya, U., & Yazan, Ö. (2019). The relationship between corporate social responsibility and earnings management in terms of accounting information quality. *Ethics and Sustainability in Accounting and Finance*, Volume I, 51-68. [https://doi.org/10.1007/978-981-13-3203-6\\_4](https://doi.org/10.1007/978-981-13-3203-6_4)

Khanifah, K., Hardiningsih, P., Darmaryantiko, A., Iryantik, I., & Udin, U. (2020). The Effect of Corporate Governance Disclosure on Banking Performance: Empirical Evidence from Iran, Saudi Arabia and Malaysia. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 7(3), 41-51. <https://doi.org/10.13106/JAFEB.2020.VOL7.NO3.41>

Lambert, R. A. (2001). Contracting theory and accounting. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 3-87. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00037-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00037-4)

Lisowsky, P., Robinson, L., & Schmidt, A. (2013). Do publicly disclosed tax reserves tell us about privately disclosed tax shelter activity? *Journal of Accounting Research*, 51(3), 583-629. <https://doi.org/10.1111/joar.12003>

Lopes, A. B., & Martins, E. (2012). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem* (3. reimpr.). São Paulo, SP: Atlas.

Mazerov, M. (2007). *State Corporate Tax Disclosure*. Washington: Center on Budget & Policy Priorities.

Mgammal, M. H., & Ku Ismail, K. N. I. (2015). Corporate tax disclosure: a review of concepts, theories, constraints, and benefits. *Asian Social Science*, 11(28), 1-14. <http://dx.doi.org/10.5539/ass.v11n28p1>

Mgammal, M. H., Bardai, B., & Ku Ismail, K. N. I. (2018). Corporate governance and tax disclosure phenomenon in the Malaysian listed companies. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 18(5), 779-808. <https://doi.org/10.1108/CG-08-2017-0202>

Mgammal, M.H. (2017), *Corporate Tax Disclosure*, 1st ed., LAP LAMBERT Academic Publishing, Saarbrücken.

Mills, L., Erickson, M. & Maydew, E. (1998). Investments in tax planning. *Journal of the American Taxation Association*, Vol. 20 No. 1, pp. 1-20.

Musleh Alsartawi, A. (2018), Online financial disclosure and firms performance: Evidence from the Gulf Cooperation Council countries. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, Vol. 14 No. 2, pp. 178-190. <https://doi.org/10.1108/WJEMSD-11-2017-0082>

Neri, L. R., & Lagoa, S. S. (2020). A relação entre alavancagem financeira e a qualidade da informação contábil: evidências do mercado brasileiro. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 31(1), 57-69. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200019>

Panaretou, A., Shackleton, M. B., & Taylor, P. A. (2013). Corporate risk management and hedge accounting. *Contemporary Accounting Research*, 30(1), 116-139. <http://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01143.x>

Potin, S. A., Bortolon, P. M., & Sarlo Neto, A. (2016). Hedge accounting no mercado acionário brasileiro: efeitos na qualidade da informação contábil, disclosure e assimetria de informação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27, 202-216. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201602430>

Qatawneh, A. M., & Bader, A. (2020). Quality of accounting information systems and their impact on improving the non-financial performance of Jordanian Islamic banks. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 24(6), 1-19.

Rego, S. O. (2003). Tax-Avoidance Activities of U.S. Multinational Corporations. *Contemporary Accounting Research*, 20(4), 805-833. <https://doi.org/10.1506/vann-b7ub-gmfa-9e6w>

Richardson, G., Wang, B., & Zhang, X. (2016). Ownership structure and corporate tax avoidance: Evidence from publicly listed private firms in China. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 12(2), 141-158. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2016.06.003>

Saleh, I., Abu Afifa, M., & Alsufy, F. (2020). Does earnings quality affect companies' performance? New evidence from the Jordanian market. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 7(11), 33-43. <https://doi:10.13106/jafeb.2020.vol7.no11.033>

Santos, W. C., Rodrigues, L. T., & Lamounier, W. M. (2020). Qualidade da informação contábil impacta o custo da dívida? Evidências de firmas não financeiras da [b] 3.

Scott, W. R. (2011). *Financial accounting theory*. Toronto, Canada: Pearson Canada.

Souza, M. A., Kronbauer, C. A., Ott, E., & Collet, C. J. (2009). Evidenciação e análise de carga tributária: Um estudo em empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(7), 3-24. <https://doi.org/10.11606/rco.v3i7.34747>.

Suijs, J. (2008). On the value relevance of asymmetric financial reporting policies. *Journal of Accounting Research*, 46(5), 1297-1321. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00309.x>

Wang, X. (2010). Tax Avoidance, Transparency, and Firm Value. (Doctoral dissertation). The University of Texas, USA.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive Accounting Theory*. Prentice-Hall.

Zhai, J., & Wang, Y. (2016). Accounting information quality, governance efficiency and capital investment choice. *China Journal of Accounting Research*, 9(4), 251-266. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2016.08.001>

Zhou, Z., & Chen, H. (2008). Accounting information transparency and resources allocation efficiency: theory and empirical evidence. *Accounting Research*, 2, 53-62.